

35º Encontro Anual da Anpocs

GT07 - Dimensões do urbano: tempos e escalas em composição

**Razão e vida na metrópole: planejamento urbano e usos do espaço na cidade de
Brasília**

Bruno Gontyjo do Couto (UnB)

Razão e vida na metrópole: planejamento urbano e usos do espaço na cidade de Brasília

Resumo: O trabalho pretende investigar em que medida o projeto urbanístico que regulamenta a construção de Brasília se relaciona com os usos do espaço urbano que vão sendo engendrados ao longo da história da cidade. Nesse sentido, pretende responder a questão de como é possível analisar a relação que se estabelece entre a esfera racional-discursiva da vida social, figurada no dueto Estado-mercado que planeja e regula os usos legítimos do espaço sócio-urbano, e o próprio conjunto das esferas sociais, a partir das quais se engendam usos marcadamente heterogêneos deste mesmo espaço. Para tal, construiu-se um modelo baseado em obras que tratam do tema da racionalização e de seus desdobramentos na vida social a partir de uma abordagem histórica (Simmel, Weber e Elias). Os resultados encontrados evidenciam que o projeto que cria e regula os espaços de Brasília, por viabilizar e visibilizar modos possíveis e legítimos de uso do espaço urbano, está diretamente implicado num processo de cooperação e disputa entre grupamentos sócio-funcionais pela hegemonia sobre a cidade, cada tentativa de regular ou inovar o uso dos espaços correspondem a estratégias e recursos na busca por essa hegemonia.

Palavras-chave: Racionalização; Espaço Urbano; Projeto de Brasília.

Abstract: The present work intends to answer the following question: how the urbanistic project which rules the process of building the city of Brasilia is related to the uses of this urban space that appears during the historic development of the city. In this way, we intend to analyze the main theoretical problem that deals with the relation between the rational sphere of social life – situated in the State-market duet that plans and rules the official uses of urban space – and the rest of all social spheres - that involves thousands of others uses of this same urban space. To do that, we built a theoretical model based in authors that deal with the theme of the “rationalization processes” and their implications in social life (Simmel, Weber and Elias). The results shows that the project which rules the urban space of Brasilia, while it makes possible and visible certain official modes of using this space, is directly related to a process of cooperation and conflict between social groups to increase their power (over the city). Each tentative to regulate the use of urban space brings with itself some strategies and resources that will be used in this search for more power (over the city).

Key-words: Rationalization processes; Urban Space; City of Brasilia.

Introdução

Inspirado no importante debate das Ciências Sociais que trata dos processos de racionalização na modernidade, nos propomos a desenvolver uma reflexão sobre uma das múltiplas possibilidades heurísticas que este debate pode nos fornecer para a investigação do problema de como dá a relação entre planejamento urbano e usos do espaço urbano nas metrópoles.

Acreditamos que tal relação está inscrita e, logo, traduz um processo de amplo espectro e longa duração que pode ser definido como o contínuo imbricamento ambivalente e conflitivo entre o arranjo moderno de orientação da conduta “racionalizante” e “civilizador” configurado no dueto Estado-mercado e o que é comumente denominado como “fluxo histórico”, abarcando as interdependências e as múltiplas esferas da vida social.

Para tratar deste problema, nos propomos a analisar de modo minucioso como o projeto de Brasília se configura como uma utopia racionalista que se propõe a instaurar uma nova ordem social, de caráter moderno e inovador, e ao mesmo tempo unívoco e homogêneo. Uma utopia que se realiza como uma matriz simbólico-normativa que pretende instaurar um novo curso histórico, ordenado e racionalizado, mas que – como veremos – acaba por instaurar diversidade e heterogeneidade.

Mais especificamente, nos interessa analisar como este projeto, na medida em que visa instaurar determinados modos legítimos de vida urbana (e, logo, de usos do espaço urbano – entendido na mais ampla concepção do termo) a partir da construção de uma cidade, acaba, na verdade, por gerar de modo intenso uma multiplicidade e heterogeneidade de modos de vida e usos do espaço, engendrando uma tensa e ambivalente relação entre a esfera racional-discursiva da vida social figurada no dueto Estado-mercado, que planeja e regula os modos e usos legítimos, e o próprio conjunto das “esferas sociais” aí inscritas que engendram modos e usos marcadamente heterogêneos.

A relação entre “razão” e “vida” na modernidade

A leitura de Georg Simmel (2005) sobre o processo de diferenciação da cultura subjetiva e objetiva a partir da divisão do trabalho nos permite conceber no “nexo entre razão e história(vida) na modernidade” como uma relação entre um específico arranjo social racionalizador (voltado exclusivamente para o desenvolvimento técnico da produção) e o fluxo vital e histórico. Uma relação onde um quadro cultural de caráter marcadamente técnico-científico, “espírito objetivo” de uma dada conjuntura histórico-social, passa a conformar a vida subjetiva (no caso, a manifestação humana num sentido geral) na direção de uma conduta esquematizada, planificada e objetificante, nos moldes de um modelo de produção assentado na profunda divisão do trabalho. Um processo que se dá de modo conflituoso e trágico, suprimindo as possibilidades de desenvolvimento humano através da cultura (cultivação).

Contudo, a leitura “simmeliana” apresenta um problema na medida em que compartilha da concepção imanente de processo histórico que substancializa o mundo objetivo e subjetivo. Assim, buscamos na teoria de um dos principais críticos de tal visão, Max Weber, as ferramentas teórico-metodológicas que nos permitissem resolver tal problema, a saber, dar conta das conexões históricas (não-teleológicas e não-deterministas) tanto de conteúdos culturais quanto de interesses materiais que criaram as condições de emergência de um arranjo social de tipo racionalizador que procura conformar a história e a vida de acordo com seus desígnios técnico-objetivos.

A partir da exegese dos textos de Weber (2000; 2004), pudemos vislumbrar que os processos de significação cultural designados como “desencantamento do mundo” criaram as condições internas (nexos de sentido) que permitiram a emergência de uma concepção objetiva e racional de mundo, com seu respectivo modo de vida. Concepção e modo de vida estes que ao se “afinarem” por meio de “ideais” e “interesses” com a empresa capitalista e a empresa estatal modernas, contribuindo com o seu desenvolvimento e consolidação como centros de organização das relações sociais nas sociedades modernas européias, tornaram-se hegemônicos nestas sociedades.

Nesse sentido, a leitura “weberiana” nos permite conceber o nexo entre “razão e história na modernidade” como a consolidação de arranjos institucionais centrados na concepção de mundo e do modo de vida racional, com características objetificantes, instrumentalistas e regulatórias, que procuram dar conta da multiplicidade de condutas,

sentidos, interesses e ideais que se realizam no fluxo histórico e vital, na medida em que sejam necessários como meio de realização da sua dominação.

É importante salientar que a leitura “weberiana” também traz uma denúncia do caráter opressivo e desintegrador deste processo, mas sem cair numa perspectiva unilateral, tomando o mesmo como uma relação dialógica entre arranjos racionalizadores e toda a infinidade de relações sociais e modos de determinação da ação presentes no fluxo histórico.

Apesar da enorme contribuição da obra de Weber, como em Simmel, também encontramos alguns problemas que nos impediram de avançar na construção do nosso problema sociológico. A falta de problematização no que diz respeito à noção de consciência nos levou à suposição de que Weber a tomava como um dado, provavelmente uma estrutura biológica em que se realiza uma pulsão humana para a imputação de sentido. Como consequência deste problema, também apontamos para o acento “subjetivista” da teoria do autor. Ambas as características foram tomadas como problemáticas na medida em que não mais se sustentam no atual cenário das ciências sociais, em que se coloca em questão essa competência racional humana à luz da importância que adquirem, simultaneamente, aspectos como modelação sócio-histórica das pulsões, aprendizados pelo corpo e constituição de disposições corporais.

Com o objetivo de driblar estes problemas, nos propusemos a continuar nosso itinerário no seio da obra de Norbert Elias, levando em consideração o fato de que a noção de “habitus”, como composição social das estruturas da personalidade, solucionava tanto o problema da naturalização da consciência, quanto do “subjetivismo” que daí deriva.

A análise de Norbert Elias trata de alterações nos próprios modos de comportamento e estruturas da personalidade dos inúmeros indivíduos inseridos numa trama histórica onde as tramas de interdependência se estendem e intensificam a partir da monopolização da violência pelos Estados absolutistas e pelo intercâmbio criado pelo capitalismo. Nesse sentido, vai além da perspectiva weberiana que trata de alterações apenas relativas às motivações psicológicas e definições de sentido que permeiam as consciências individuais.

Segundo Elias, os processos civilizadores dizem respeito a “racionalização” dos modos de comportamento em todos os aspectos, sendo a “consciência” apenas um deles. Como argumenta o autor:

“Ela não envolve apenas... alterações no conteúdo da consciência... mas mudanças em toda a constituição humana, na qual... hábitos de pensamento são apenas um setor. Estamos interessados aqui em mudanças em toda a personalidade... da orientação do indivíduo por si mesmo no nível mais flexível da consciência e da reflexão até o nível mais automático... das paixões.” (ELIAS, 1994, v.2, p.236)

Em última instância, a análise de Elias nos permite “historicizar” a própria capacidade humana de agir de modo racional:

“O mesmo se aplica àquilo a que nos referimos com termos tão reificadores como 'raciocínio', 'razão' ou 'compreensão'. (...) São aspectos daquela modelação mediante a qual o centro da libido e o centro do ego são mais ou menos fortemente diferenciados, até que se forma uma agência de autocontrole abrangente, estável e altamente diferenciada. Não há de fato uma 'razão', haverá, no máximo, 'racionalização’” (Idem, ibidem, p. 230)

A emergência de uma “consciência” que funciona mais racionalmente só foi possível com as alterações provocadas nas próprias “funções psicológicas dirigidas para fora” durante este processo de intensa modificação das estruturas da personalidade (que diz respeito à intensa modificação das estruturas sociais).

De acordo com Elias, trata-se da formação de uma disposição (histórica e processual, cognitiva e afetiva, incorporada por meio dos processo de aprendizagem) direcionada para o comportamento auto-regulado, previsível e racional, que vem se disseminando através do mundo por meio das pressões exercidas entre grupos estabelecidos e grupos “outsiders”, cada vez mais interligados e interdependentes tendo em vista a diferenciação e complexificação das interdependências.

Nesse sentido, a partir das contribuições do modelo “eliasiano”, poderíamos reconstruir o nexos entre razão e vida, sim, como a consolidação de arranjos sócio-institucionais (nos termos eliasianos, unidades de organização social) nos quais o comportamento racional torna-se cada vez mais central, como descrito por Weber, mas na condição mesma de tomar este comportamento como uma processualidade histórica em todos os seus âmbitos, onde a própria “consciência” ou personalidade racionais aparecem como história incorporada. Incorporada no sentido de que as estruturas de personalidade estão sempre profundamente interligadas com as estruturas sociais através do “habitus”, a

composição social de nossos esquemas de pensamento e afetividade, que possibilita uma transformação mutuamente implicada da “sociedade” e do “indivíduo”.

Neste ponto, também há uma semelhança inicial com Weber na medida em que Elias aponta para a importância do Estado e do mercado no processo de “racionalização” dos modos de comportamento. Contudo, ao contrário de Weber, Elias aponta para a centralidade do Estado somente na medida em que este se configura como uma “unidade de organização social” que recentemente se consolidou como majoritariamente indispensável à sobrevivência de uma série de indivíduos, que a partir do “novo” nível de integração estatal, se tornaram cada vez mais interligados. Nesse sentido, o Estado aparece como o centro do processo de intensificação dos níveis de integração que culmina justamente nos processos de racionalização do comportamento. Da parte do mercado, o comércio também é visto como um importante arranjo histórico-social de intensificação dos níveis de integração, tendo em vista que possibilita o contato e troca cada vez maior entre um número cada vez maior de indivíduos, contribuindo para a complexificação e expansão das interdependências.

Podemos então conceber o nexos entre razão e vida como um imbricamento entre “arranjos civilizadores”, com sua crescente disposição para regulação, e o fluxo histórico. Mais especificamente, pode-se dizer que os processos civilizadores acabam por engendrar uma relação ambivalente entre a “civilização” e o fluxo das tramas históricas em que está inscrita, na medida em que tais processos criam uma disposição para regulação que nasce do fluxo “disforme” e incessante para, então, se realizar somente na medida mesma em que o controla.

Controle este que, por sua vez, só é possível por meio das tramas de poder e conflito que constituem as interdependências, à luz de pressões e restrições entre grupos que direcionam este ímpeto regulatório para pontos muitas vezes contraditórios ou antagônicos e que, assim, realizam o próprio ímpeto de controle somente na medida em que frustram o ímpeto de outrem. Em última medida, pode-se dizer que o controle do fluxo será sempre parcial, fragmentado e disperso, além de “ofuscante”, na medida em que inibe a tentativa de regulação por parte dos outros grupos. Assim, a disposição regulatória nasce do fluxo, vive da busca pelo controle do mesmo, mas nunca se realiza totalmente na medida em que está alocada nas contingências “disformes” e “dispersivas” deste mesmo fluxo.

Assim, a disposição regulatória nasce do fluxo, vive da busca pelo controle do mesmo, para nunca se realizar na medida em que está inscrita nas circunstancialidades deste fluxo.

“...uma sociedade que é 'moderna' na medida em que tenta, sem cessar mas em vão, 'abarcá-lo', substituir diversidade por uniformidade, e ambivalência por ordem corrente e transparente – e, ao tentar fazê-lo, produz constantemente mais divisões, diversidade e ambivalência do que se conseguiu livrar.” (BAUMAN, 1997, p. 10).

Em resumo, o que pretendo dizer é que os processos civilizadores, como difusores de crescentes disposições à regulação, acabam por engendrar uma conflituosa relação entre “arranjos civilizadores normativos” e o fluxo histórico, relação que está baseada – a grosso modo – numa necessidade cada vez mais intensa de projeção e controle do fluxo, que só pode se realizar por meio das tramas de poder e conflito que constituem as interdependências. Sendo assim, pode-se concluir que tais “projeções e controles” tornam-se impraticáveis na sua totalidade, pois cada uma diz respeito aos direcionamentos das posições na trama a que correspondem, e acabam por se configurar como vetores de força que ao invés de instaurar a tão pretendida “unidade” e “homogeneidade”, instauram o “diverso”.

Ideologia e utopia de Brasília: os propósitos racionais e modernos da nova capital

Tendo em vista o desenvolvimento do referencial teórico-metodológico, nossa pesquisa se inicia a partir da análise do projeto da construção de Brasília com o objetivo de compreender em que medida este projeto se delineou como um projeto racionalizante e civilizador que pretendia projetar-se sobre o fluxo histórico, controlando-o para gerar unidade e homogeneidade (entretanto, posteriormente, gerando diversidade e heterogeneidade).

No intuito de melhor fundamentar a classificação de “racionalista” que aqui vem sendo imputada, convém analisar o tom “geral” do projeto urbanístico-arquitetônico e o contexto histórico-social em que foi idealizado e concretizado. Acredito que ao fazê-lo, poderemos vislumbrar melhor a possibilidade de uma solução particular para o problema pesquisa.

Como ponto de partida, pode-se dizer que boa parte das leituras sociológicas e historiográficas que se dedicam à análise do projeto de Brasília referem-se aos seus conteúdos cognitivos e afetivos como parte de uma “ideologia” nacional-desenvolvimentista presente no governo JK e de uma “utopia” modernista dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Mais especificamente, essas leituras defendem que há uma espécie de simbiose entre as duas.

O termo ideologia nacional-desenvolvimentista é referido majoritariamente aos símbolos e valores contidos na plataforma política do governo JK, que pregava palavras de ordem como “desenvolvimento” nacional e independente por meio da “interiorização” dos mercados, movimento para o “progresso” de “forma ordenada” e em respeito e a “tradição”, consolidação da “nação” e do “Brasil moderno”. Quanto ao uso do termo utopia modernista, a maioria dos trabalhos referem-se à ambição e perspectiva de mudança da ordem social presente na arquitetura e urbanismo de Costa e Niemeyer que atribuía à uma concepção inovadora e revolucionária do espaço arquitetônico-urbanístico a capacidade de engendrar uma nova forma de vida social (instaurar o “homem novo”).

No livro *“Brasília e sua ideologia”* (1977), G.I. Joffily atribuí à Brasília uma ideologia que encarna uma série de valores e ambições políticas ligados às idéias de desenvolvimento econômico e unidade cultural da nação. Segundo o autor, a concepção arquitetônica-urbanística da cidade coaduna com esta série de valores e ambições na medida em que Lúcio Costa e Oscar Niemeyer souberam interpretá-la de modo

engenheiro, transplantando seus componentes para os traçados da cidade e de seus edifícios.

Um argumento semelhante é elaborado pelo sociólogo Brasilmar Nunes no livro *“Brasília: a fantasia corporificada”* (2004). A primeira parte do livro trata justamente da ideologia fundadora de Brasília, que seria composta por elementos econômicos, urbanísticos e políticos: econômicos, pois o projeto de transferência apoiava-se amplamente na idéia de que uma cidade, como concentração de capital e trabalho, propagaria impulsos modernizantes da indústria no conjunto do território; urbanísticos, pois o projeto constituía uma ótima oportunidade para a consagração do campo, ainda em formação, de arquitetos e urbanistas no Brasil; políticos, pois envolvia uma enorme carga simbólica de mobilização política e popular em torno da idéia de que o conjunto dos brasileiros estavam envolvidos em torno de um projeto nacional de independência e afirmação da soberania nacional nos campos econômico, técnico-científico, artístico-cultural, etc.

Em determinado momento, o autor também aponta para o aspecto “utópico” desta ideologia fundadora, na medida em que os idealizadores do projeto urbanístico-arquitetônico “imaginavam uma cidade em que as diferenças sociais estariam ultrapassadas por um urbanismo que se pretendia democrático, ou mesmo revolucionário” (NUNES, 2004, p. 75). Segundo Nunes, este aspecto “utópico” do urbanismo-arquitetônico estava diretamente articulado à componente mitológica que JK e os políticos que apoiavam o projeto lançaram sobre a cidade, defendendo a idéia de que Brasília constituía um ato de refundação da Nação brasileira, negando as condições de um Brasil arcaico e atrasado em detrimento do Brasil moderno.

Seguindo um raciocínio parecido, o historiador Laurent Vidal (2009) procura analisar o projeto de Brasília como uma encarnação dos interesses, ambições e tensões das elites políticas e intelectuais da época.

O autor argumenta que o projeto apresenta aspectos fundamentais de característica ideológica, como a justificativa econômica do desenvolvimento pela interiorização e generalização das formas urbanas e industriais (idealizada pela Cepal e difundida pelo ISEB), ou como os elementos políticos de mobilização dos “brasileiros” em favor de um projeto nacional de consolidação de um Brasil “emancipado pelo futuro” e “orgulhoso de seu passado”. O projeto também apresentaria aspectos utópicos: tanto JK, quanto Lúcio Costa e Oscar Niemeyer viam na construção de Brasília uma

oportunidade de modificar o futuro da sociedade brasileira, “uma cidade à escala das necessidades e funções do homem moderno”, promovendo a adoção de uma nova mentalidade cultural. Como bem demonstra o autor, Lúcio Costa via nos traços e funções urbanísticas da cidade a possibilidade de criar novas práticas sociais, Niemeyer via na liberdade plástica de sua arquitetura a possibilidade de afirmar a originalidade da cultura brasileira, enquanto Kubitschek via no conjunto da cidade o símbolo e referência para a reorganização do Brasil.

Por fim, convém analisar a maneira como o antropólogo James Holston trabalha, especialmente, o conceito de utopia no livro “*A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*” (2005), onde o autor analisa o advento de Brasília à luz da intenção de seus criadores em construir e difundir uma “utopia”, ou seja, o propósito de construir uma cidade como elemento fundador e propagador de uma nova sociedade. Segundo Holston, a projeto de Brasília visa realizar numa cidade uma nova ordem social que, então, serviria como modelo para o resto do país.

Durante o desenvolvimento do texto, Holston se propõe a realizar a análise deste elemento utópico a partir da perspectiva tanto dos arquitetos, quanto do Estado, mostrando as confluências e contradições presentes na articulação das “utopias” dos dois grupos.

No que diz respeito às ambições utópicas por parte do urbanista, Holston argumenta, como Nunes e Vidal, que para a perspectiva de Lúcia Costa, inspirada nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna e, mais especificamente em Le Corbusier, a concepção e organização da cidade seriam uma forma de negar as condições sociais existentes, marcadas pela forte estratificação e discriminação social, na medida em que, por exemplo, a padronização e igualdade dos elementos arquitetônicos residenciais engendraria “novas formas de experiência social, de associação coletiva e de hábitos pessoais”. Nesse sentido, Holston (2005, p.86) aponta para a ambição do urbanista em conduzir mudanças radicais nos valores e relações sociais através das prescrições igualitárias presentes no projeto, estabelecer estes valores como fundamento da ordem urbana seria uma forma de eliminar, de antemão, da sociedade aí inscrita os valores injustos da estratificação social-espacial capitalista.

Da parte do político, Holston argumenta que as ambições utópicas de Juscelino Kubitschek coadunavam com a perspectiva de Lúcio Costa na medida em que o presidente acreditava que Brasília se constituiria como um pólo de irradiação das

inovações ali empreendidas, ou seja, ele concebia a cidade como um modelo construído que aponta para um futuro imaginado que nega as condições em que o país se encontrava. Segundo Holston: “essa associação simbólica prosperou basicamente porque o modernismo no Brasil ao mesmo tempo rompia com o passado e postulava um brilhante futuro. Expressava não só uma ruptura com o legado colonial do subdesenvolvimento, mas também um futuro de modernidade industrial” (HOLSTON, 2005, p. 102).

Faz-se necessário reiterar este ponto da análise, pois acreditamos que a correspondência entre utopia e ideologia cumpre um papel decisivo para nossa pesquisa.

O que nos interessa no modo como se articulam estas duas idéias no projeto de construção de Brasília diz respeito a um argumento muito caro à presente reflexão: a utopia do modernismo “arquitetônico-urbanístico” é uma utopia racionalista, crê no controle da natureza e das contingências como uma forma de instauração do novo e, logo, de emancipação social. Uma utopia que apresenta o “moderno” como um apelo, critério último de avaliação e valoração do mundo, devendo ser perseguido através do controle da natureza e das contingências, o que permitira a instauração do homem e do mundo “novo” que tanto se ambiciona através de uma intervenção planejada e ordenada de acordo com a vontade racional. Defende uma concepção instrumental e técnico-científica de intervenção no espaço em favor do ordenamento das práticas. Que advoga a importância da autonomia artístico-cultural do país e da independência identitária, implicitamente articuladas à soberania política de um Estado nacional forte. Compartilha da crença comum de que a estrutura urbano-industrial faz-se necessária como meio de “integração civilizatória” de um território selvagem e, sobretudo, como caminho para a “modernização” da sociedade.

Contudo, na medida em que pretende realizar uma intervenção no mundo, a despeito da “nobreza” dos ideais que almeja, esta utopia realiza uma vontade, uma vontade que quer se precipitar como um “comando”, como um poder. Em última instância, esta aspiração utópica acaba por projetar uma forma de domínio que é, sobretudo, ideológico.

Como aponta Mariza Veloso numa reflexão sobre a utopia de Brasília: “Destarte, o mais importante da utopia não é a sua realização, isto é, sua concretização e transformação em realidade, e sim a introdução na agenda pública da sociedade da idéia de que a mudança e a transformação social são possíveis, realojando a utopia assim na

história e não na imaginação.” (VELOZO, 2009, p. 85) Assim, a relação entre utopia e ideologia apresenta-se como uma relação de complementaridade, onde o arquiteto dispõe de sua arte, ou seu conhecimento, como um meio de realizar uma intervenção, na qual se impõe uma vontade, um poder.

Em última instância, a relação entre a concepção arquitetônica-urbanística e o projeto desenvolvimentista que dá forma à Brasília apresenta-se como uma relação entre “conhecimento” e “poder”. Isto fica mais evidente se pensarmos que o arranjo em questão está diretamente implicado nos processos de constituição de instituições que estão sendo criadas ou “reinventadas”, onde as disputas por definição da identidade de tais instituições são determinantes para o manejo das prioridades políticas do país.

Brasília apresenta uma concepção utópica de mundo racionalista, técnico-científica, com aspirações modernizadoras e civilizatórias que defende ambições e perspectivas “naturalizadas” (certezas) que, por sua vez, justificam e disseminam a estrutura de poder a quem ela dá – e da qual recebe – significado.

E que estrutura de poder seria esta que recebe e dá significado à esta concepção utópica racionalista? Convém analisar a trama histórico-social que conforma este “campo de poder” que estaria por trás da utopia de Brasília.

A trama: formação de um campo de poder e a cidade-projeto

Como ponto de partida, pode-se dizer que uma série de mudanças que vinham ocorrendo no país desde a década de 20 contribuíram para a conformação de um específico campo de poder a partir do qual emerge o projeto de Brasília nas suas características mais singulares.

Como aponta Miceli (2001, p. 77), mudanças decisivas ocorreram tanto no setor econômico (crise do setor agro-exportador, intensificação do processo de industrialização, maior intervenção estatal na economia), como no político (declínio das oligarquias agrárias, criação de novos partidos, revoltas militares, expansão da máquina do Estado), no cultural (criação de cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais públicas), e no social (consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais, expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo no setores público e privado etc.). Pode-se dizer, em última instância, que trata-se de um período onde se evidencia o processo de reordenamento de arranjos histórico-sociais que orientam a conduta dos indivíduos em praticamente todas as esferas da vida social: seja no campo da atividade política, seja no campo da própria economia, seja no campo cultural.

No seio das transformações que ocorreram neste período, se engendra e tonifica o confronto entre um Brasil “rural”, “tradicionalista”, “arcaico” e “atrasado” e um Brasil “moderno”, “industrial” e “urbano”, inserido “progresso econômico e cultural” da humanidade, que se dá especialmente, por um lado, dentro do espaço de luta política, principalmente com a revolta dos movimentos tenentistas contra as oligarquias agrárias, e, por outro, dentro do espaço de produção intelectual, com as rupturas e renovações encabeçadas pelas vanguardas artísticas e grupos intelectuais designados como *modernistas*.

Neste momento, instaura-se uma espécie de correspondência entre movimentos políticos de contestação do domínio das oligarquias agrárias, que defendiam principalmente a idéia de que a modernização do país se daria através de um projeto nacionalista de recrudescimento do Estado em detrimento dos interesses regionalistas, e grupos intelectuais modernistas, que de maneira heterogênea comungam da mesma crença de que há necessidade de se empreender um grande projeto intelectual nacionalista em favor da renovação da cultura, ressaltando seus aspectos originais e

próprios em favor da construção de uma “brasilidade” que é condição mesma da formação do “povo brasileiro” e da sociedade brasileira nos seus moldes modernos.

Como sugere Daniel Pécaut (1990), pode-se notar que, entre os anos de 20 e 40, os grupos intelectuais brasileiros podem ser identificados entre si principalmente por sua preocupação com a “identidade nacional”, tendo como meta e referência a busca por um “povo brasileiro politicamente constituído”. O autor argumenta que:

“a geração dos anos 25-40 não solicitou a mão promotora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente” (PÉCAULT, 1990, p. 22).

Ao que tudo indica, foi justamente por conta desta correspondência criada entre movimentos políticos de contestação da hegemonia oligárquica, em especial, o movimento tenentista, e grupos intelectuais modernistas, em torno de um ímpeto pelo estabelecimento de um projeto cultural nacional em favor da modernização, que, durante a década de 30, diversas formulações dos movimentos artístico-culturais modernistas, bem como parte dos próprios intelectuais que compunham estes movimentos, foram integrados – com os devidos ajustes – à política cultural do Estado Novo.

Como aponta o estudo de Schwartzman, Bomeny e Costa (1984) sobre a gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-45) à frente do Ministério da Educação e Saúde durante o governo Vargas, uma intensa e ambivalente relação foi estabelecida entre intelectuais modernistas e Estado Novo:

“Era sem dúvida no envolvimento dos modernistas com o folclore, as artes, e particularmente com a poesia e as artes plásticas, que residia o ponto de contato entre eles e o ministério. Para o ministro, importavam os valores estéticos e a proximidade com a cultura; para os intelectuais, o Ministério da Educação abria a possibilidade de um espaço para o desenvolvimento de seu trabalho, a partir do qual supunham que poderia ser contrabandeado, por assim dizer, o conteúdo revolucionário mais amplo que acreditavam que suas obras poderiam trazer.” (SCHWARTZMAN, BOMENY, & COSTA, 1984)

Grandes expoentes do modernismo brasileiro, como Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, estiveram diretamente ligados à gestão de Capanema; bem como outros inúmeros intelectuais que mantiveram inúmeros contatos com o referido ministro (nomes como Alceu Amoroso Lima, Francisco Campos, Cândido Portinari, Gilberto Freire, Lúcio Costa, etc).

“Durante o período “populista” (1945-64), verifica-se uma ampliação das carreiras reservadas aos intelectuais ao mesmo tempo que se intensifica o recrutamento de novas categorias de especialistas (economistas, sociólogos, técnicos em planejamento e administração, etc.); muitos deles se alçaram aos postos-chaves da administração central, dos quais foram sendo excluídos outros grupos de intelectuais e especialistas que resistiram à implantação das diretrizes e dos programas adotados pela nova coalização dominante nos últimos quinze anos em que os militares se apoderaram do controle do Estado.” (MICELI, 2001, p. 197).

Deste modo, pode-se dizer que ao longo das décadas de 30 e 40 se configura uma articulação muito específica entre modernismo estético e Estado brasileiro, articulação baseada no ímpeto nacionalizante e modernizador que aparece na forma de um “projeto nacional” (PÉCAULT, 1990). Articulação marcada, principalmente, por sua ambivalência e contradição, mas também por seu caráter alongado e intenso, se perpetuando durante as décadas posteriores, como aponta o trecho acima de Miceli (2001).

Assim, pode-se dizer que o projeto de Brasília é uma encarnação histórica de um “projeto nacional”, de uma aglutinação de relações simbólicas (com valores, crenças, ideais, sentimentos, etc.) constituída, sobretudo, pelo esforço intelectual de uma geração de pensadores preocupados com a identidade nacional e a modernização do país, combinado com o esforço político de um novo grupo dirigente. Um projeto que elege e consolida o “moderno”, o discurso “técnico-científico”, a conduta “racional” como os principais critérios simbólico-normativos que modelarão todo o horizonte cognitivo e moral das décadas subseqüentes.

Trata-se de um arranjo histórico-social de extrema importância que constituiu, na medida mesma em que anuncia, as “idéias” de Brasil, brasilidade, povo, nação, modernidade, bem como outras, que povoam o imaginário e pensamento social das décadas posteriores chegando até o dia de hoje. É importante salientar que, em última

instância, tratam-se não só de arranjos classificatórios e estruturas cognoscitivas que se formam e se propalam, mas, sobretudo, tomando uma perspectiva eliasiana, de termos da balança nós-eu que irão constituir as disposições comportamentais dos indivíduos sociais que se inscrevem neste cruzamento de interdependências.

O que visualizamos aqui é justamente a configuração de um campo de poder - forjado na triangulação Estado-mercado-ciência - que vai eleger o homem “moderno”, o discurso técnico-científico, a conduta racional marcada pelo auto-domínio como os principais critérios simbólicos-normativos das práticas sociais. Consagrando o comando unívoco do poder burocrático-administrativo do Estado-nacional como encarnação da entidade nação. E defendendo a disseminação de uma estrutura de produção industrial e intercâmbio de bens e serviços através de um mercado regulado como meio necessário de modernização e integração social.

Um campo de poder que pensa e age, sobretudo, pela idéia de PROJETO. A idéia de que o controle da natureza e das contingências através da intervenção racional e planejada possibilita a superação das limitações naturais e históricas, e que combinada com prerrogativas estratégico-militares, se realiza basicamente através de intervenções radicais no espaço, visando a racionalização da paisagem como meio de racionalizar as práticas que aí se realizam.

A construção de cidades projetadas cumpriria um papel civilizatório sobre o território e as populações que nele estão alocadas. A racionalização do espaço aparece como um modo de disciplinar as práticas, homogeneizá-las, um meio de produzir o idêntico para subsidiar a administração da vida.

O projeto e a cidade Brasília são a própria encarnação desta prerrogativa utópica, racionalista e civilizatória vigente nos quadros cognitivo-afetivos deste campo de poder.

A cidade é a própria naturalização destas prerrogativas e quadros mnemônicos, na forma de paisagem. Paisagem que se impõe às práticas na forma de recurso geográfico, mas, sobretudo, na forma de recurso simbólico: um signo, um ícone, prenhe dos valores culturais e institucionais que o forjaram, constituindo-se como um referencial cognoscitivo-afetivo que informa as práticas dos agentes inscritos nesta experiência urbana entrecruzada (seja na forma de memória coletiva espacializada, seja na forma de um dos termos da imagem-nós - de Brasília e de Brasil - que ancora parte da estrutura da personalidade dos indivíduos envolvidos, brasilienses e/ou brasileiros).

Como salientado por Renato Ortiz a respeito da teoria de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva:

“Halbwachs nos mostra o imperativo de toda memória se materializar, para existir. Ela deve se enraizar no espaço, inscrevendo na materialidade das coisas a solidariedade dos membros que comunalmente a partilham. A topografia dos lugares é uma tradução dessas relações sociais. Existe um vínculo orgânico entre as pessoas e o meio ambiente que habitam.” (ORTIZ, 1991, p. 215)

O “espaço” de Brasília aparece, assim, como uma espécie de representação cognitivo-afetiva de vasta rede relações sócio-simbólicas, produzindo definições de sentido que afetam a sensibilidade corporal, a percepção e a memória dos sujeitos (ELIAS, 1998). Uma síntese de saberes e afetividades incorporada por meio da qual uma “realidade” se constitui como “familiar” e “natural” para todo um grupo interdependente de pessoas, uma certeza incrustada no habitus, nas estruturas de personalidade dos habitantes.

Espacialização da experiência coletiva: a utopia racionalista materializada como (diver)cidade

Em resumo, trata-se de uma trama onde saber e poder se conectam, transformando o poder simbólico em poder reconhecido. Onde as visões de mundo e as memórias de determinado campo de poder se transformam em natureza social, em dado familiar, em recurso estrutural de orientação da conduta, em *paisagem*.

Onde prerrogativas racionalistas e civilizatórias que definem conceitos de tempo, história e vida se constituem como eixos de orientação da conduta; onde ideais e sentimentos de brasilidade e nacionalidade se constituem como marcas das estruturas de personalidade e das identidades sociais; onde um determinado campo de poder se transfigura em um “espaço rugoso”, deixando-o prenhe das marcas de sua dominação.

Então, os eixos rodoviários vertical e horizontal que evocam a imagem de um avião se transformam em eixos de orientação de pensamentos e emoções, da própria vida na cidade.

Contudo, esses mesmos eixos estão dispostos sobre trajetórias e tramas sociais entrecruzadas, sobre uma infinidade de pontos interligados de múltiplas formas, muitas vezes disruptivas, de modo que nunca é possível precisar quais serão os contornos e tonalidades dados à imagem do avião na “cabeça” e no “coração” de cada habitante.

Assim, tendo como premissa que o projeto arquitetônico-urbanístico constituiu-se como uma combinação entre poder e saber, uma matriz simbólico-normativa que se constituiu e se propala, informando e engendrando determinados modos de vida no espaço urbano do DF, podemos supor que esta matriz, apesar de ser “projetada” e “realizada” a partir de uma determinada conjuntura política e ideológica que aponta para a disposição “civilizadora” de homogeneização, ao se inscrever dentro de um complexo cruzamento de interdependências figurado na metrópole de Brasília, não pode ser dissociada da trama de poderes e interesses ambivalentes aí presente, e, logo, evidencia-se como um processo aberto à toda sorte de disparidade e de dispersão, remetendo-nos à instauração de toda uma diversidade de modos de vida no espaço urbano no DF que, por sua vez, engendram os usos mais heterogêneos desta cidade.

Nesse sentido, entendendo o projeto político-urbanístico como matriz simbólica que informa as práticas dos agentes inseridos em determinados grupos funcionais (espécie de “ordens urbanas”), pode-se supor que tal matriz é “incorporada” por cada

grupo de maneira distinta e contextualizada, à luz de interesses e poderes diversos, engendrando os usos mais díspares do espaço urbano.

Assim, apesar da matriz ser gestada em meio à um projeto político-ideológico cujos fins apontam para homogeneização, a maneira como ela informa tais agentes - e respectivos grupos funcionais - não pode ser dissociada dos contextos e “lógicas” em que estes estão inscritos. Conclusão: instaura-se, ao invés de homogeneização, heterogeneidade.

Isto tudo nos leva a percepção da dimensão histórica e sociológica que dá significação aos entraves perceptíveis em Brasília entre o planejamento e as soluções mais díspares nos usos do espaço.

Em última instância, as políticas de planejamento urbano configuram-se como práticas sociais que engendram determinados usos *formais* do espaço urbano que são “direta” (juridicamente) e “indiretamente” (socialmente) informados pelo projeto urbanístico. Tratam-se de práticas sociais pautadas por estratégias e táticas *normativas* que, através de meios técnicos, materiais e jurídicos, estão se implicando das maneiras mais *conflitivas e conflitantes* possíveis numa infinidade de outras práticas sociais na medida em que estão associadas ao crescente “embate” travado entre determinados “grupos funcionais” dentro da cidade que começa a se delinear como metrópole.

Em termos mais precisos, o planejamento urbano que criou e agora regula os usos formais do espaço urbano, pelo fato de viabilizar e “visibilizar” determinados modos legítimos de uso no que diz respeito ao transporte, à moradia e ao comércio, está diretamente implicado num processo de disputa pelo poder entre determinados grupamentos funcionais existentes neste contexto urbano, processo no qual, obviamente, o ordenamento Estado-mercado cumpre função central, especialmente por meio das investidas jurídicas e financeiras.

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 v.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- JOFFILY, Geraldo I. **Brasília e sua ideologia**. Brasília: Thesaurus, 1977.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- NUNES, Brasilmar F. **Brasília**: a fantasia corporificada. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**: A França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Nos tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/>>. Acesso em 12 out. 2010.
- SIMMEL, Georg. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, Jessé; OELZE, Berthold. (Org.) **Simmel e a modernidade**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, Jessé; OELZE, Berthold. (Org.) **Simmel e a modernidade**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- VELOSO, Mariza. Utopia como devir. **Humanidades**. n. 56, p. 82-95. dez. 2009.
- VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa à Brasília**: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: UnB, 2009.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 2 v.